

Brasil não teve retrocesso fiscal, mas parou no tempo, avalia economista José Roberto Afonso publicado em Correio Braziliense (5/2025)

Um dos autores da LRF, especialista lamenta a adoção de medidas complementares da regra de controle, mas minimiza aumento de riscos fiscais ou de moratória



x

José Roberto Afonso, economista, diretor do Fórum de Integração Brasil-Europa. -
(crédito: Líbia Florentino/Divulgação)

O economista José Roberto Afonso, um dos pais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ressalta que o processo de construção da regra foi "o mais democrático possível", e, para ele, apesar da deterioração das contas públicas desde 2014, quando o governo passou a poder entregar rombo nas contas públicas, ele avalia que não houve retrocesso e ainda elogia a transparência, que é maior do que em vários países.

"Não vi retrocessos, mas, sim, desinteresse em completar a adoção das regras fiscais: não se criou limite para dívidas federais, nem a sua reavaliação; não se criou conselho para regular gestão fiscal e premiar gestões bem sucedidas: e a principal lacuna, não se aprovou outra lei complementar para reger contas públicas, no lugar da vigente desde 1964", afirma o professor do IDP e da Universidade de Lisboa.

Em meio ao crescimento dos valores destinados às emendas parlamentares, que somam mais de R\$ 50 bilhões, neste ano, comprometendo a gestão orçamentária pelo Executivo, Afonso avalia que essas emendas "têm um aspecto positivo: asseguram e elevam o investimento público". Segundo ele, "é preciso tornar mais eficiente esse processo, como

ao criar um banco de projeto e ter maior interação entre os Poderes, para se privilegiar projetos mais necessários ao desenvolvimento".

Ao comentar sobre a tendência de aumento da dívida pública bruta em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), Afonso minimiza o risco de calote do Tesouro Nacional, uma vez que afirma confiar que "o Brasil encontrará um bom mix de política econômica, que controle a dívida, de forma harmônica com demais variáveis econômicas". Ao mesmo tempo, minimiza os temores do mercado sobre as bombas fiscais. "Aliás, há décadas que sempre se diz que uma bomba fiscal explodirá e nunca tivemos moratória interna, salvo no Plano Collor."

A seguir, a íntegra da entrevista do acadêmico ao Correio:

A LRF completa 25 anos. Como foi o processo de construção da lei e qual o seu balanço ao longo desse período?

O processo foi o mais democrático possível, a começar por consulta pública, por acolher sugestões de outros governos e sociedade antes do evento ao Congresso, que ampliou proposta e aprovou com quórum de emenda constitucional, e depois o Supremo Tribunal Federal (STF) sacramentou. Em 25 anos, a lei atingiu sua maioria e marcou uma mudança cultural no país, na forma como se trata e se encara as coisas e contas públicas.

O senhor acha que houve mais retrocessos do que avanços nesses 25 anos?

Mais avanços, certamente. Não vi retrocessos, mas, sim, desinteresse em completar a adoção das regras fiscais: não se criou limite para dívidas federais, nem a sua reavaliação; não se criou conselho para regular gestão fiscal e premiar gestões bem sucedidas; e a principal lacuna, não se aprovou outra lei complementar para reger contas públicas, no lugar da vigente desde 1964.

Qual sua avaliação do arcabouço fiscal? A regra melhorou ou piorou a LRF? É correto achar que a regra está sendo cumprida com tanto desconto de gastos?

A lei de 2023 (do arcabouço) só se aplica à União e é focada na dívida pública. Tem um alcance menor do que a LRF, aplicado a todos os governos e dita regras também receitas, gastos, patrimônio... As metas da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), ditadas pela LRF, me parece que estão sendo cumpridas.

Um dos maiores entraves das contas públicas tem sido o forte aumento de emendas parlamentares, que superam R\$ 50 bilhões, neste ano. Mas tudo indica que o governo não vai conseguir reduzir essa fatura. Como o governo vai conseguir cumprir as metas fiscais previstas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO)?

É paradoxal, mas as emendas têm um aspecto positivo: asseguram e elevam o investimento público. Esta era a conta em que, antes, sempre se jogava todo o peso do ajuste fiscal, menos inteligente. O que se precisa é tornar mais eficiente esse processo, como ao criar um banco de projeto e ter maior interação entre os Poderes, para se privilegiar projetos mais necessários ao desenvolvimento.

O que o senhor acha do projeto de lei de isenção do Imposto de Renda para quem ganha mais de R\$ 5 mil e ainda com medidas compensatórias incertas enviado ao

Congresso? Pode estimar o impacto da medida nas contas públicas dos governos federal e regionais?

A LRF exige que mensuração dos efeitos e respectiva compensação sejam apresentados junto com a proposta que cria uma renúncia. Confio que o Executivo tenha feito, ou o Legislativo deveria devolver o projeto.

Analistas apontam várias bombas fiscais sendo armadas pelo Congresso e pelo próprio governo neste ano e nos próximos. Como o senhor avalia isso e qual será o impacto nas contas públicas. Vamos continuar vendo o governo entregar deficit até o fim desta década?

A LRF exige que a LDO, dentre outros relatos, seja acompanhada de um mapa de riscos fiscais. O Brasil é muito transparente e competente nessa matéria, muito mais que outros países. Isso permite ter um quadro dos potenciais impactos e seu respectivo debate. Aliás, há décadas que sempre se diz que uma bomba fiscal explodirá e nunca tivemos moratória interna, salvo no Plano Collor.

Ao olhar para a dívida pública bruta, que está perto de 80% do PIB pela metodologia do Banco Central — patamar antes considerado insustentável para países emergentes, mesmo sem considerar as bombas fiscais. Mas economistas e integrantes do governo menos fiscalistas tentam comparar com a de países como Japão e Estados Unidos para minimizar o problema, por que é errado fazer esse tipo de comparação?

Me permita discordar e ser muito fiscalista e considerar que as comparações internacionais são uns dos elementos de análise. É notório que, em todo o mundo, a dívida pública tem trajetória ascendente depois da crise de 2008 e da pandemia da covid-19. A dívida brasileira cresceu menos e está abaixo da observada na China e nos EUA, dentre outras. O mais importante, ao meu ver nessa confrontação, é o fato de que o Brasil é das grandes nações que têm reduzida participação de estrangeiros em sua dívida — na casa de 10%, como Índia e China. Isso é radicalmente diferente das economias avançadas que dependem muito mais de financiamento externo. Não custa lembrar que, assim, nos tempos de covid-19, quando se fez um aumento extraordinário e muito forte da dívida pública, foi coberto pelos brasileiros, até porque, na crise, se prefere emprestar para quem tem o menor risco numa economia, justamente o governo.

O senhor falou que um dos problemas da LRF foi o desinteresse em aplicar limite para a dívida pública federal. Ela, pode ser menor do que a de países desenvolvidos, agora, mas projeções indicam a continuidade do crescimento do endividamento. Isso não preocupa? Como evitar uma explosão da dívida pública?

A Constituição exige dois limites para a dívida federal, a consolidada, pelo Senado, e só a mobiliária, pelo Congresso... A LRF só regulamentou e pediu uma proposta ao governo: O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso enviou, mas as dívidas nunca foram votadas. A estadual e municipal fixou uma trajetória e funcionou muito bem. Hoje, ambos níveis de governo devem muito menos do que em 2000. O mesmo caminho poderia ser adotado para União, e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado voltou a examinar a matéria. Quem se preocupa com aumento de dívida deveria defender vigorosamente fechar essa lacuna. Mas, eu temo que alguns adoram reclamar, mas, no fundo, só querem justificar mais Selic e também querem governo e Banco Central livres para emitir e os

socorrer, na hora da crise, como ocorreu em 2008 e em 2020. Cada país adota sua política financeira, como achar melhor. Em relação ao PIB, a dívida da China dobrou em 10 anos, e supera a brasileira, na casa de 90% do PIB, e ninguém fala no assunto. Talvez, porque apenas 4% dessa dívida está na mão de estrangeiros. Mesmo na Europa, a maioria dos governos mediterrâneos têm dívida acima de 100% do PIB, e isso pouco rende espaço nos jornais. Talvez porque a maior parte dessa dívida esteja na mão do BC europeu e de bancos alemães. Confio que o Brasil encontrará um bom mix de política econômica, que controle a dívida, de forma harmônica com demais variáveis econômicas. É um erro achar que política fiscal seja independente de monetária, cambial, comercial, industrial, e vice-versa. A maior preocupação com a dívida, hoje, no Brasil, é a de um senhor banco privado, de uma companhia aérea colorida, como ainda foi de uma grande loja de departamentos. Nesses casos, eles podem quebrar e os credores perdem parte ou muito do que a eles emprestaram. Um risco como esses não existe em relação ao Tesouro Nacional.

LRF completa 25 anos e resiste aos governos por Correio Braziliense

Desde a sua publicação, lei contribui para lisura das contas públicas, mas, dizem especialistas, ainda deve ser aperfeiçoada

Por [Rosana Hessel](#)

postado em 04/05/2025 03:55

A [Lei de Responsabilidade Fiscal \(LRF\)](#) completa, neste domingo, 25 anos de publicação e vem resistindo a vários governos, de esquerda e de direita. Prevista na Constituição de 1988, a regra, elaborada no governo do ex-presidente tucano Fernando Henrique Cardoso, tem contribuído para a sustentação do Plano Real, de 1994, pois disciplinou e deu transparência no processo de contabilização de receitas e de despesas dos governos federal e regionais.

A regulamentação da LRF, entretanto, não foi concluída até hoje. Uma das principais medidas previstas, a imposição de um limite para a dívida pública, segue em aberto, lembram os autores da regra.

A LRF faz parte da estrutura do tripé macroeconômico — controle da inflação, câmbio flutuante e superávit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) —, que foi o modelo econômico adotado pelo governo FHC após o Plano Real. Essa terceira perna segue manca justamente por não ter a regulamentação da LRF, que teve ajustes ao longo dos anos.

Dados públicos

Um dos pontos positivos da LRF, na avaliação dos especialistas ouvidos pelo Correio, é a obrigatoriedade da transparência dos dados públicos na internet, que teve resistência entre parlamentares da oposição, que chegaram a questionar no [Supremo Tribunal Federal \(STF\)](#) após a sua publicação. "Eu me lembro, em um dos debates na Câmara, de um deputado que questionou o fato de a lei obrigar que as informações ficassem à

disposição do público na internet, porque a internet era discada e havia municípios que nem luz tinha. E, realmente, naquela época, a internet era discada, mas expliquei que o importante disso é que muita coisa teve que ser construída. Foram construídos padrões, conceitos, modelos de relatórios e todo um sistema. Porque é dinheiro público e que se há informação precisa ser pública", relata a economista Selene Peres Nunes, uma das autoras da LRF.

Nunes era a técnica da equipe econômica responsável por explicar a proposta aos parlamentares no Congresso e recorda que o governo FHC não tinha maioria no Legislativo e, mesmo assim, conseguiu quórum para aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Segundo ela, os parlamentares estavam divididos entre o pró-gasto, que achava que gasto é vida, e o pró-equilíbrio fiscal, que acabou vencendo com ampla maioria. "Houve muito trabalho para convencer (os parlamentares) e houve, inclusive, quem fosse até o Supremo, dizer que isso era invadir as prerrogativas dos estados, porque estavam obrigando os estados a darem informação para a União, mas a informação não era para a União e, sim, para o público. A União só ia consolidar a informação", destaca. "Enfim, foram muitas batalhas, e, hoje, é até engraçado, porque o mundo está na telinha do celular e o acesso à informação foi simplificado", emenda.

A especialista em contas públicas destaca que o processo todo, até a publicação, em 4 de maio de 2000, levou mais de um ano, pois a proposta começou a ser elaborada entre agosto e setembro de 1998 e, apenas na Câmara, quando começou a tramitar por volta de abril, foram nove meses de debates ao longo do ano seguinte. Mas, como os senadores participaram dos debates na Casa, a aprovação pelos senadores foi mais rápida e houve um acordo para que o texto não fosse mudado para não retornar à Câmara e ir logo à sanção, que teve vetos, por exemplo, a uma proposta para incluir na lei que a União assumiria as dívidas de restos a pagar com empreiteiras, contabilizadas e não contabilizadas.

Selene Nunes ressalta que, naquela época, os deputados ficaram com medo de que a LRF interferisse nas emendas parlamentares, que não têm o tamanho atual. "E foi um escândalo e ainda não havia o Orçamento impositivo e o governo tinha mais controle sobre o Orçamento", destaca. Para ela, uma mudança positiva na regra nesses anos foi a Lei de Transparência Fiscal, aprovada em 2016, e que, em 2021, foi alterada pela Lei Complementar 178, que instituiu o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal.

Ajustes

Selene Peres demonstra preocupação com a escalada do endividamento público e defende a necessidade de aperfeiçoamento da regra com as regulamentações previstas para que ela seja respeitada e ajude evitar uma explosão da dívida pública.

Analistas reconhecem que, com a pandemia da Covid-19, não só o governo do Brasil, mas o mundo todo, acabou se endividando e, apesar de a dívida pública bruta do Brasil ter recuado mais do que a de outros países, ela ainda segue elevada para padrões de países emergentes, chegando a 88,3% do Produto Interno Bruto (PIB), em março, levemente abaixo à taxa de fevereiro, de 88,6% do PIB —, conforme dados do Banco Central, considerando a metodologia utilizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Nunes lembra que, no processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), as contas do governo foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) duas vezes,

por conta da contabilidade criativa, desrespeitando a LRF. "Na época, as denúncias foram reduzidas por razões políticas, pois os técnicos identificaram mais de 10 tipos de pedaladas diferentes", ressalta.

Contudo, o consenso entre economistas ouvidos pelo Correio é que, apesar de as contas públicas estarem no vermelho desde 2014, salvo 2022, quando o governo anterior conseguiu contabilizar um pequeno superávit primário contábil de 0,5% do PIB, em grande parte devido às pedaladas no pagamento de precatórios — dívidas judiciais da União — que passaram a serem permitidas por meio da aprovação da PEC dos Precatórios, aprovada em 2021.

O especialista em contas públicas, Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, considera que a Lei de Responsabilidade Fiscal "é o grande marco de reformas fiscais e institucionais na área das finanças públicas". "A LRF cumpriu o seu papel de melhorar as condições das contas dos governos, nos três níveis da Federação, ampliando a transparência e obrigando a um padrão mínimo de compromisso com prestação de contas e responsabilidade fiscal", afirma. Salto, contudo, defende que a comemoração dos 25 anos da regra deveria ensejar a retomada dessa agenda. "A Lei Geral de Finanças Públicas é do Governo João Goulart, a 4.320, de 1964, e precisa, urgentemente, ser reformada no âmbito de uma estratégia de planejamento econômico e orçamentário de maior fôlego", frisa.

Gabriel Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, reforça a necessidade de aperfeiçoamento da regra. "A LRF foi uma regra bastante avançada para a época em que foi adotada, mas é importante lembrar que a vida é dinâmica e a norma precisa ser aperfeiçoada. Ela perdeu enforcement na última década, em particular, e já não é mais referência e suficiente para endereçar a sustentabilidade das contas públicas do país", afirma o especialista em contas públicas, criticando as tentativas de burlas para driblar a LRF. "São conhecidas as manobras contábeis que muitos entes subnacionais lançam para, no papel, cumprir a lei sem que, na prática, executem uma política fiscal responsável. O aniversário de 25 anos da lei deveria marcar sua maioridade e necessidade de amadurecimento para que possamos continuar evoluindo no quadro fiscal institucional", defende.

Sobrevida

Roberto Padovani, economista-chefe do banco BV, destaca que a LRF vem sobrevivendo a diversos governos desde que foi aprovada e teve uma grande importância ao longo desses 25 anos, apesar das críticas recentes sobre o arcabouço fiscal e sua eficácia. "Acho que essa construção institucional de 1999 mudou a cara do país, porque as regras econômicas, aos trancos e barrancos, foram preservadas durante vários mandatos e vários cenários", avalia Padovani.

Concretização

Para o economista, que integrou a equipe econômica que implementou o Plano Real, a LRF é uma lei que pegou e não existe apenas no papel. "A lei pegou. Acho que a agenda fiscal no Brasil está bem estabelecida. É um regime de política. Você vê que ela atravessou vários governos, vários ambientes e situações políticas. Talvez o mais impressionante seja o terceiro mandato de Lula com preocupação em regra fiscal. E isso

é uma novidade, é a primeira vez que eu vejo o governo Lula se impondo uma regra. Isso é uma novidade", complementa.

Selene Peres Nunes, por sua vez, não poupa críticas ao arcabouço fiscal devido ao grande número de despesas que acabam ficando fora da conta para que o governo consiga cumprir a meta fiscal estipulada sem acionar os gatilhos de contenção de despesas que são previstos. "Temos um arcabouço fiscal que é fictício, porque trabalha com uma meta, com uma série de despesas que estão fora da conta", lamenta. Ela lembra que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, além de ter um buraco de R\$ 118 bilhões que precisam de receitas ainda não aprovadas pelo Legislativo, tem estimativas subdimensionadas. "Os números previstos para as despesas com abono salarial e Benefício de Prestação Continuada (BPC), por exemplo, não estão realistas. Eles são muito maiores e devem ampliar o rombo da Previdência", alerta.

Nunes ainda critica o fato de o governo, assim como o Congresso, continuarem aumentando as despesas orçamentárias sem ter, de fato, receitas recorrentes para fazer frente e, com isso, seguir aumentando a dívida pública bruta, dificultando o trabalho do Banco Central no controle da inflação, que precisa ficar abaixo do teto da meta, de 4,5%. "Existe uma falta de coordenação entre política fiscal e a política monetária, o que faz o Banco Central fixar uma taxa de juros cada vez mais elevada, porque ele vê que as expectativas de inflação são maiores. Mas, quando ele faz isso, o governo vai por outro lado e aumenta as despesas. Então, fica muito difícil porque o Banco Central está enxugando gelo. Ele não consegue dar conta de controlar a inflação sozinho. Ele precisaria de apoio da área fiscal", frisa.

José Roberto Afonso, economista e professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), que também participou do grupo que criou a LRF, tem uma visão mais otimista sobre a evolução da LRF e descarta riscos de uma moratória, como aconteceu no passado. "Em 25 anos, a lei atingiu sua maioria e marcou uma mudança cultural no país, na forma como se trata e se encara as coisas e contas públicas", afirma.

FOLHA

04maio25

Poderes precisam sentar juntos com espírito de ouvir e ceder, diz pai da LRF

José Roberto Afonso afirma que resolver problemas atuais das finanças públicas requer negociação ampla, como ocorreu há 25 anos

Idiana Tomazelli

Brasília

A aprovação da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), há 25 anos, envolveu uma ampla negociação que deveria servir de inspiração para resolver problemas atuais, avalia o

economista José Roberto Afonso, um dos pais da lei que até hoje é marco das finanças públicas brasileiras.

"Está faltando os Poderes sentarem juntos, os governos sentarem juntos, com o espírito de ouvir e ceder. A gente só vai resolver muitos dos embates quando sentar à mesa e conversar, não só no nível superior, como também no nível técnico", diz em entrevista à Folha.

O economista José Roberto Afonso, um dos pais da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), que completa 25 anos em 2025 - Líbia Florentino - 25.out.22/Divulgação Fibe

Ele critica o fato de hoje, dentro do governo, a equipe econômica atuar na base do "cada um por si" e destaca a necessidade de haver pactuação não só entre agentes políticos, mas também entre os atores econômicos. "Estamos entrando numa crise mundial. A crise abre oportunidade para fazer novas reformas e adotar novas posturas."

Qual é o principal legado da LRF?

Colocaria, na verdade, dois legados. Primeiro, uma mudança cultural em relação a como você trata as contas públicas. Segundo, a democratização de uma lei que trata de regras fiscais. A lei envolveu uma intensa negociação e o apoio de todas as esferas de governo e de todos os Poderes. É uma lição que, diante de algumas dificuldades, [deveríamos] voltar lá atrás, recuperar.

Foi um processo democrático impactante. O presidente [Fernando Henrique Cardoso] falou 'não vamos mandar para o Congresso, vamos publicar como anteprojeto e receber sugestões'. Foram 5.000 emendas pela internet no ano de 2000. Ainda não tinha a potência de redes sociais. E muitas das sugestões foram incorporadas. Mas o principal a gente negociou com os principais atores, em particular com os governos estaduais e municipais.

O que mudou a partir dessas negociações?

Por exemplo, uma coisa que tem na lei até hoje: os limites de pessoal separados por Poder. Esses limites já existiam antes, só que não funcionavam, porque eram para o governo como um todo. Os governadores falaram 'não adianta, tem que dividir por Poder'.

A oposição, na época liderada pelo PT, apresentou várias sugestões que foram incorporadas. Chegou na hora, eles votaram contra. Mas o presidente falou: 'se as propostas são boas, não tenho problema de vício de origem'. Destacaria duas. O Banco Central, até a LRF, emitia títulos. A lei proibiu, e foi uma emenda do PT. A outra foi obrigar o presidente do BC e o ministro da Fazenda a irem periodicamente ao Congresso prestar contas.

Não foi uma coisa simples. Depois, o STF [Supremo Tribunal Federal], quando foi julgar uma ação da Associação de Magistrados e de Tribunais de Contas contra a LRF — por acaso o pessoal que está envolvido hoje na questão de salários extrateto — aprovou [a constitucionalidade da lei] por um voto, sendo que este voto mudou de posição.

Fala-se hoje na deterioração do processo orçamentário. Por que estamos nesta situação?

Acima de tudo, está faltando os Poderes sentarem juntos, os governos sentarem juntos, com o espírito de ouvir e ceder. A gente só vai resolver muitos dos embates quando sentar à mesa e conversar, não só no nível superior, como também no nível técnico.

Isso remete a uma lacuna da LRF. A lei prevê um Conselho de Gestão Fiscal. Teria representantes da União, dos estados e municípios e de outros Poderes. O projeto foi enviado e está parado.

A que o sr. atribui isso?

Brasília sente que não tem que conversar, submeter, ouvir críticas ou sugestões de estados e municípios. E entre os Poderes, cada um é independente.

Temos um subregime que só vale para a União e foca a dívida. Chamam de arcabouço. Eu acho esse nome horrível. Arcabouço é coisa de presídio, prisão. E não adianta só atuar em cima do governo federal. Mais da metade do gasto e da arrecadação é de estados e municípios.

A dívida de estados e municípios tem limite, a federal não tem. Somos uma federação, é uma questão de postura, isonomia. Como você tem credibilidade para exigir dos outros algo que você não faz? É fácil chegar e dizer 'esse aqui está gastando demais, essas emendas parlamentares aqui são excessivas'.

O Congresso também não precisaria estar disposto a ceder na questão das emendas?

Todos têm que ceder. Precisa construir esse espírito que teve lá atrás. Vamos ser francos, não adianta chegar para o Congresso e falar 'para de fazer emenda'. Não vai parar. É melhor ter um banco de projetos, inserir num planejamento de longo prazo.

De novo, a LRF não foi um decreto. Como convenceu? Você entrou junto e falou: 'não dá para continuar assim, vamos fazer outra coisa'.

A LRF foi a principal baliza por muitos anos. Dia nte dos recentes desequilíbrios, tentou-se outras regras, como o teto de gastos e o arcabouço fiscal. Por que elas não se mostraram efetivas?

Não adianta chegar com o regramento técnico perfeito sem ter uma pactuação política e democrática. A gente tem pecado nisso. Temos que melhorar.

Uma coisa grave que falta hoje e que deixou a lei capenga: não ter uma lei geral de contas públicas. A nossa lei [de finanças] é de 1964, anterior à ditadura. [Ela regulamenta] Como elaborar o Orçamento, contabilizar o gasto, aprovar as contas. Quando a gente trabalhou na LRF, o Congresso já estava examinando uma revisão, mas nada aconteceu. Nenhum governo de esquerda, direita, de centro, ninguém pede isso. A regulação básica de como se faz o Orçamento era para estar nessa lei, não na LRF.

Outra coisa que está faltando é análise. A gente aprova mudanças sem ter um diagnóstico consistente, coerente e detalhado. Não tem problema de dados, mas nós não temos análises técnicas, a meu ver, na mesma rapidez e intensidade. E, com todo respeito aos meus colegas, vejo muito amadorismo no debate fiscal no Brasil. Muita gente que não tem formação acadêmica ou experiência na área trata de finanças públicas. A discussão também é muito contaminada por posições políticas e ideológicas.

E qual é seu diagnóstico, para além da falta de articulação política?

Na dívida pública, o problema é a União. Quanto dessa dívida cresce por gastar mais do que arrecada e quanto é contaminado pelos juros? E qual o impacto do câmbio? Essa relação entre fiscal, monetário e cambial é pouco estudada no Brasil, ou não existe. Ou, em geral, cada um faz a sua parte. Como se a cabeça funcionasse separada do braço e do pé. Cada um tem uma funcionalidade, mas todos estão interligados.

Falta uma visão maior sobre macroeconomia. A dívida pública no Brasil cresceu? Sim, mas se você olhar o que está acontecendo com a dívida pública dos Estados Unidos e da China, o Brasil é nada.

Vários agentes têm uma visão diferente, com maior preocupação em relação à dívida.

Minha opinião pessoal é que precisa discutir a dívida pública e a política fiscal dentro da política econômica.

Mas isso significa exatamente o quê? Pensar no efeito dos juros sobre a atividade?

Sim. E a dívida pública é alta, mas para quem? Qual é o risco? Os bancos fazem testes de estresse da dívida privada, vamos fazer da pública também.

Por que os bancos são contra ter um limite para a dívida pública? É uma coisa paradoxal. Reclamam que a dívida é alta, mas querem limitar o fluxo, não a dívida. Quando tiver uma crise financeira importante, quer que o governo socorra, mas não aceita que socorra agricultores ou industriais. Qual é a coerência?

A pactuação não é só entre os agentes políticos, é entre os agentes econômicos. Dentro do governo, não existe equipe econômica. É cada um por si. Enquanto você ficar cuidando do seu quadradinho, realmente corre o risco de formar expectativas olhando só o galho e não a árvore inteira.

Estamos entrando numa crise mundial. A crise abre oportunidade para fazer novas reformas e adotar novas posturas.

Qual é o desafio fiscal dos próximos anos?

Precisa discutir a nova reforma previdenciária. Não só do INSS [Instituto Nacional do Seguro Social], como também dos estados e dos grandes municípios. Os estados mais endividados, leia-se Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, há dez anos a folha de inativos deles já era maior do que a folha de ativos. Só que o resto vai caminhando para isso. O problema está dado.

Raio-X

José Roberto Afonso, 64

É economista e contabilista. Tem pós-doutorado em Administração Pública pela Universidade de Lisboa. Foi assessor técnico especial do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e da Assembleia Nacional Constituinte. Participou da elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso. É professor do IDP (Instituto Brasiliense de Direito Público) e da Universidade de Lisboa.

